

Instruções para formalização de processos administrativos internos para compras e contratações de serviços

Para aquisição e contratação de serviços para atendimento das necessidades do IFAM Campus Humaitá, devem ser observados os seguintes atos normativos:

- Lei nº 8.666/93 (institui normas para licitações e contratos da Administração Pública): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm
- Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações-institui normas para licitações e contratos da Administração Pública): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm
- Lei nº 10.520/02 (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm
- Lei Complementar nº123, de 14/12/2006 (Institui o Estatuto Nacional de Microempresa e da Empresa de Pequeno): http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm
- Decreto nº 3.555/00 (aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3555.htm
- Decreto nº 7.892/13 (regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm
- Decreto nº 7.174/2010 (Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7174.htm
- Decreto nº 10.024/2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm
- Decreto nº 9.412/2018 (Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/D9412.htm
- Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional): <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>
- Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências): <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>
- Portaria nº 306, de 13/12/2001 (Dispõe sobre instruções gerais e procedimentos para utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços): http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p306_01.htm
- Instrução Normativa nº 05, de 27/06/2014 (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Alterada pela Instrução Normativa nº 03, de 20/04/2017: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/301-instrucao-normativa-n-5-de-27-de-junho-de-2014-compilada>
- Instrução Normativa nº 01, de 04/04/2019 (Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SIS do Poder Executivo Federal): http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70267659/do1-2019-04-05-instrucao-normativa-n-1-de-4-de-abril-de-2019-70267535

- Instrução Normativa nº 40, de 22/05/2020 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital): <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-40-de-22-de-maio-de-2020-258465807>
- Instrução Normativa nº 01, de 10/01/2019 (Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações): <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/1068-in-1-de-2019>
- Resolução /05/2020 (Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito nº 06, de 08do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE): <https://www.fnnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>

▪ **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021**

Estabelece regras para a designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta, de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

▪ **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2021**

Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

▪ **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021**

Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

▪ **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020**

Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

▪ **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020**

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Observar ainda que todas as licitações realizadas devem conter critérios de sustentabilidade, em atendimento ao art. 3º da Lei nº 8.666/93. Assim, ao elaborar os instrumentos que nortearão as aquisições/contratações, deve ser consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, o qual indica como devem constar os critérios de sustentabilidade, neste link <https://www.agu.gov.br/page/download/index/id/38812958>
